

Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Cronologia

A discussão sobre a Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos teve início em 2003 e foi motivada pela necessidade de estabelecer um ordenamento para as atividades de exploração de Petróleo e Gás Natural na região. A ZA de uma Unidade de Conservação (UC) é a região no entorno da unidade onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas. Sua função é proteger a UC e garantir suas funções ecológicas e sociais.

Cronologia

2003 – Início das discussões sobre a ZA do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e formação da Coalizão SOS Abrolhos.

2002 e 2003 – A Agência Nacional do Petróleo (ANP) oferece grandes áreas para a exploração de hidrocarbonetos (petróleo e gás) na região do Banco dos Abrolhos, durante a 5ª Rodada de Licitações Internacionais para a Exploração de Petróleo e Gás no Brasil. Foram ofertados 1.070 blocos, dos quais 243 localizavam-se sobre o Banco dos Abrolhos.

Agosto de 2003 – O Diário Oficial da União anunciou a exclusão de 163 blocos dos 243 reivindicados no documento. O Ministério Público Federal (MPF) deferiu liminar excluindo de todos os leilões os blocos que restavam num raio de 50 quilômetros do Banco dos Abrolhos até que fosse instaurada e julgada uma Ação Civil Pública sobre a questão.

21 de Março de 2005 – Após amplas discussões, o Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos aprova por unanimidade a proposta de criação da Zona de Amortecimento do Parque.

18 de Maio de 2006 – Publicada a Portaria nº 39/2006 do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis), estabelecendo a Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional Marinho (Parnam) dos Abrolhos, uma área de aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados. Com a portaria, o empreendimento de carcinicultura da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex), proposto para se instalar no município de Caravelas, passou a depender de uma anuência do Ibama, além das licenças. A portaria também definiu que uma área equivalente a cerca de 75% da ZA ficaria proibida qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos (petróleo e gás).

31 de Maio de 2006 – O Diário do Senado Federal publica o Projeto de Decreto Legislativo 328/06 que pede a anulação da portaria nº 39/2006 do Ibama. De autoria do senador João Batista Motta (PSDB/ES), o projeto também conta com as assinaturas dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), César Borges (PFL/BA), Magno Malta (PL/ES), Rodolpho Tourinho (PFL/BA) e Marcos Guerra (PSDB/ES).

28 de Junho de 2006 – A imprensa nacional denuncia que o autor do projeto de Decreto Legislativo, senador João Batista Motta (PMDB-ES), e alguns membros de sua família, são sócios do empreendimento de carcinicultura da Coopex. O deputado Zilton Rocha (PT/BA), por meio de sua assessoria de comunicação, afirma que “o projeto do Motta fere frontalmente os princípios de impessoalidade, moralidade e legalidade do Artigo 37 da Constituição Federal, coloca o seu mandato a serviço de si mesmo e da própria família e expõe gravemente o Senado da República”.

13 de Setembro de 2006 – A Justiça Federal nega o pedido de liminar formulado pela prefeitura e pela câmara municipal de Caravelas (BA), que pedia a suspensão dos efeitos da Portaria 39 do Ibama. Pedido similar, formulado pela Prefeitura de Nova Viçosa (BA), também foi negado no dia 22 do mesmo mês.

Outubro/Novembro de 2006 – O Governador da Bahia, Paulo Souto, entra com mandado de segurança contra o presidente do Ibama, visando derrubar a Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos por meio de liminar.

Junho de 2007 – A Justiça Federal anula a ZA de Abrolhos colocando em risco a região com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

Desde 2007 - A área da ZA encontra-se vulnerável à exploração de gás e óleo e os manguezais do entorno, susceptíveis aos empreendimentos da carcinicultura.

Agosto de 2007 - O Greenpeace se juntou à Coalizão SOS Abrolhos para pressionar o presidente Lula a assinar um decreto para criar a Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

Fonte: Conservation International (CI)